

## CONCEPÇÃO MARXISTA DE NEOLIBERALISMO: O FENÔMENO NO CAPITALISMO BRASILEIRO

*Rubens Vinícius da Silva*<sup>1</sup>

### Introdução

O fenômeno do neoliberalismo é alvo de diversas definições e análises no interior das ciências humanas<sup>2</sup>, bem como provoca desdobramentos em determinados fenômenos sociais<sup>3</sup>. Buscando superar os problemas derivados dessas interpretações iremos trazer a concepção marxista de neoliberalismo, a qual está inserida numa teoria mais ampla que é a teoria dos regimes de acumulação. A partir disso, nosso esforço consistirá em partir da teoria dos regimes de acumulação para entender a historicidade da sociedade brasileira e a constituição do capitalismo no país até chegar à sua expressão contemporânea.

Nosso itinerário será percorrido partindo de uma digressão acerca da sucessão dos regimes de acumulação no capitalismo imperialista até a crise do regime de acumulação conjugado e emergência do regime de acumulação integral, seguida de uma periodização específica da sociedade brasileira (com base na relação entre os países do bloco imperialista e do bloco subordinado no contexto do capitalismo mundial), efetivada a partir da luta de classes e da dinâmica do desenvolvimento da acumulação de capital.

Passadas essas considerações, retomaremos a discussão sobre a emergência do regime de acumulação integral e do neoliberalismo, com foco nas relações entre o regime de acumulação integral dos países imperialistas e sua expressão na sociedade brasileira, o regime de acumulação integral subordinado. Desse modo, tal esforço busca explicar a sociedade capitalista que emerge no Brasil a partir da sucessão dos regimes de acumulação, ressaltando a emergência do neoliberalismo como forma estatal

---

<sup>1</sup> Sociólogo. Doutorando em Sociologia e Ciência Política pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGSP-UFSC). Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). E-mail: [rubenssabbath@gmail.com](mailto:rubenssabbath@gmail.com). Este texto é uma discussão reformulada presente em minha dissertação de mestrado em Sociologia pela Universidade Federal de Goiás (UFG), intitulada *O MST e a Reforma Agrária*, financiada com recursos provenientes da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

<sup>2</sup> A este respeito, ver Anderson (1995) e Moraes (2001).

<sup>3</sup> Como é o exemplo da questão agrária. Sobre isto, conferir Colleti (2005) e Silva (2004).

produto de uma série de mudanças ocorridas no interior do capitalismo, visando o atendimento das novas necessidades de reprodução dessa sociedade.

### **Regimes de acumulação e historicidade do capitalismo**

A sociedade é uma totalidade concreta, cujos elementos constituintes são o modo de produção dominante, os modos de produção subordinados e as formas sociais<sup>4</sup>. Dessa forma, é possível dizer que se a história das sociedades humanas é a história da sucessão dos modos de produção, a história do capitalismo é a história de sucessão dos regimes de acumulação (VIANA, 2009; 2008; 2019b). Os regimes de acumulação podem ser definidos como formas relativamente estabilizadas da luta de classes (em especial entre as classes fundamentais do modo de produção capitalista, burguesia e proletariado, cuja luta em torno do mais-valor nos locais de produção é a relação social fundamental do capitalismo) caracterizada por determinada forma assumida pelo processo de valorização (organização do processo de trabalho, ou seja, do processo de exploração capitalista, fundado na extração e apropriação de mais-valor do proletariado pela burguesia; no capitalismo o processo de trabalho é simultaneamente processo de valorização, que assume a forma de extração de mais-valor), determinada configuração estatal (é o Estado quem fornece as condições políticas e institucionais necessárias para o desenvolvimento capitalista e a acumulação do capital, sendo a principal forma de regularização das relações sociais capitalistas) e determinadas relações de exploração internacional, (o que remete para o processo de

---

<sup>4</sup> Devido ao espaço e aos objetivos do nosso texto, esclarecemos que a sociedade capitalista é composta pelo modo de produção capitalista (que é a sua determinação fundamental, ou seja, é no bojo das relações de produção capitalistas, fundadas na extração de mais-valor do proletariado pela burguesia, que compõem as duas classes fundamentais deste modo de produção, onde se dá a dinâmica da sociedade capitalista e cuja expansão e complexificação produz um conjunto de classes e frações de classes), o modo de produção dominante no capitalismo, os modos de produção subordinados (isto é, modos de produção não-capitalistas, como o cooperativista, mas que foram destruídos ou se encontram sujeitos e foram integrados à dinâmica das relações de produção e/ou distribuição capitalistas) e as formas sociais (formas de regularização das relações sociais, o que Marx metaforizou como “superestrutura” e que corresponde ao conjunto de relações sociais que visa tornar regulares e passíveis de reprodução ampliada as relações de produção capitalistas). A consolidação do modo de produção capitalista, com a conseqüente expansão e generalização de suas relações sociais, articula os elementos essenciais de um regime de acumulação, tornando a sociedade capitalista (tanto na forma de capitalismo privado quanto nos regimes de acumulação de exceção, o regime de acumulação bélico e o regime de acumulação estatal, os quais expressam variantes do capitalismo) hegemônica no mundo moderno.

divisão internacional do trabalho no capitalismo e é comumente definido como “relações internacionais”).

A sucessão dos regimes de acumulação expressa mudanças no interior de uma permanência, uma vez que diferentemente dos processos revolucionários (que colocam em questão a totalidade da sociedade burguesa, visando transformar radicalmente o conjunto de suas relações sociais), os regimes de acumulação expressam mutações no interior de uma luta de classes com relativa estabilidade, atendendo aos interesses de reprodução ampliada do capital e promovendo a manutenção das demais relações sociais burguesas (VIANA, 2009; BRAGA, 2013).

Do ponto de vista do desenvolvimento capitalista espontâneo, a história do capitalismo é um processo contínuo de reprodução ampliada do capital, com a consequente centralização e concentração de capital: tal dinâmica é abalada quando há o acirramento da luta de classes, em especial através da radicalização da luta operária. Cumpre ressaltar que os regimes de acumulação constituem uma dupla articulação entre o desenvolvimento espontâneo do capitalismo (isto é, a ação do capital, que expressa o predomínio do trabalho morto da classe capitalista sobre o trabalho vivo da classe operária), e a luta operária (o movimento operário, ou seja, a ação do trabalho vivo do proletariado contra o trabalho morto da burguesia).

Assim, a luta de classes torna-se a determinação fundamental neste processo: a própria reprodução espontânea do capital é abalada pela dinâmica da luta de classes, sendo também ela uma determinada configuração assumida pelas lutas de classes. A reprodução espontânea do capital marca uma fase moderada de luta de classes, que se move rumo à acumulação capitalista sem fortes barreiras produzidas pela ação e resistência operária: a acumulação de capital é abalada pela radicalização da luta proletária e dificultada pela tendência declinante da taxa de lucro<sup>5</sup>, dentre outros processos (VIANA, 2009; BRAGA, 2013).

---

<sup>5</sup> “Essa tendência é constituída devido ao desenvolvimento das forças produtivas, pois quanto mais desenvolvida é a tecnologia e quanto mais esta entra no processo de produção, menos se utiliza a força de trabalho, que é a fonte geradora de mais-valor. Assim, retomando Marx, a composição orgânica do capital (o *quantum* proporcional de capital fixo – forças produtivas – e capital variável – força de trabalho) tende a ser composta cada vez mais por tecnologia e menos por força de trabalho, já que esta última gera mais-valor e a primeira apenas repassa o seu valor às mercadorias, produzindo a queda da taxa de lucro.” (VIANA, 2009, p. 93).

Dito de outro modo, as diferentes fases do desenvolvimento do capitalismo (os regimes de acumulação) não são apenas o produto da concentração e centralização do capital, mas também da luta da classe operária. A passagem de um determinado regime de acumulação para outro é produto da luta de classes, o que implica dizer que os regimes de acumulação possuem uma historicidade. Eles emergem, se desenvolvem, passam por períodos de instabilidade e entram em crise, quando finalmente são substituídos por outro regime de acumulação. Tal movimento, como não poderia deixar de ser, promove alterações na relação com os demais países capitalistas.

Cumprido ressaltar, de antemão, que as datas aqui colocadas relativas aos momentos de emergência, desenvolvimento, instabilidade e crise dos regimes de acumulação são apenas aproximações, possuindo variações e especificidades de acordo com os países, contextos históricos, sua inserção e posição no processo de divisão internacional do trabalho, etc. A dinâmica de sucessão dos regimes de acumulação e as medidas implementadas no que concerne ao processo de valorização (exploração capitalista, fundada na busca por aumento da extração de mais-valor), bem a configuração da divisão internacional do trabalho e relações internacionais (exploração internacional) e forma estatal que lhes são correspondentes não surgem do imediato e do nada: são produtos de longos acontecimentos históricos no interior do capitalismo (VIANA, 2009; 2019a).

O continente europeu é o berço do capitalismo. A constituição da acumulação capitalista propriamente dita, em substituição ao período da acumulação primitiva, marca o surgimento do regime de acumulação extensivo nos territórios da Europa Ocidental. O eixo determinante do capitalismo mundial é constituído pelos países que integram o bloco imperialista; além da Europa, países como o Japão e os EUA fazem parte do bloco dos países capitalistas imperialistas, os quais realizam um processo de exploração internacional. Já os países do bloco subordinado são aqueles submetidos pela exploração internacional.

Nesse sentido, as mudanças no bloco imperialista atingem os países do bloco subordinado, uma vez que o capitalismo é uma sociedade cujas relações sociais e de produção se expandem e se universalizam, destruindo ou subordinando à sua dinâmica os modos de produção e sociedades não-capitalistas, generalizando-as para os demais

territórios do globo. Os regimes de acumulação nos países de capitalismo subordinado são retardatários e, devido a isso, se reproduzem marcados pela subordinação à dinâmica do regime de acumulação vigente nos países de capitalismo imperialista. Isso implica reconhecer que o capitalismo constitui uma totalidade articulada e independente:

As regiões nas quais o capitalismo se desenvolveu pioneiramente ganharam vantagens no processo de divisão internacional do trabalho e nas relações internacionais, pois conquistaram outros países, dominaram o mercado mundial, etc. As relações entre os blocos de países capitalistas sempre foram de disputa e esta ocorre também no seu interior. O bloco imperialista é composto pelos países que realizam a exploração internacional, enquanto que o bloco subordinado é constituído pelos países que sofrem tal exploração. Assim, existe um processo de exploração internacional gerado pela subordinação (VIANA, 2019a, p. 66).

Conforme dito, é na Europa (gênese dos países integrantes do bloco imperialista) que emerge o primeiro regime de acumulação, o regime de acumulação extensivo. Dominante desde a Revolução Industrial até o fim do século XIX, o regime de acumulação extensivo era caracterizado pelo predomínio da extração de mais-valor absoluto, pelo Estado liberal e pelo neocolonialismo. A extração de mais-valor absoluto se dava através de longas jornadas de trabalho e no uso da força de trabalho feminina e infantil, submetidos a péssimas condições de trabalho e salários baixíssimos. O Estado liberal era o veículo institucional da dominação capitalista sobre o proletariado, sendo que havia uma forte restrição da participação das classes exploradas na constituição das políticas estatais. A democracia era censitária, restrita aos homens maiores de idade e que fossem membros das classes superiores. Além disso, havia o combate ferrenho às organizações operárias, partidos social-democratas e sindicatos.

A política nacional (tanto a interna quanto a externa) era efetivada segundo os interesses da burguesia local. O neocolonialismo deu continuidade ao sistema colonial com a reconfiguração da divisão internacional do trabalho, a qual efetivou o processo de exportação de mercadorias a partir do centro capitalista (países imperialistas, tendo a Inglaterra como grande potência capitalista do período). A crise deste regime de acumulação se deu devido às dificuldades espontâneas da reprodução global do capitalismo (que ainda coexistia com modos de produção não-capitalistas em alguns territórios mundiais) e fundamentalmente devido à radicalização da luta operária, geradora da diminuição da jornada de trabalho e também da Comuna de Paris (1871),

primeira tentativa de revolução proletária. Aqui já se percebe que a determinação fundamental para a crise deste regime de acumulação foi o avanço da luta proletária (VIANA, 2009; BRAGA, 2013).

O regime de acumulação extensivo é substituído pelo regime de acumulação intensivo. Vigente desde fins do século XIX até à Segunda Guerra Mundial, o regime de acumulação intensivo era caracterizado pela predominância da extração de mais-valor relativo (via taylorismo, organização científica do trabalho), pelo Estado liberal-democrático e pelo imperialismo financeiro. A diminuição da jornada de trabalho (conquistada pela classe operária durante o regime de acumulação extensivo) constrangeu a classe capitalista a buscar uma compensação no processo de valorização: tal compensação se deu na forma de aumento da extração de mais-valor relativo (fundado no aumento da produtividade e na intensificação da capacidade produtiva da classe operária). O taylorismo surge como a sistematização e racionalização implementadas pelo capital para aumentar as taxas de exploração, através do controle e vigilância rígidos do processo de trabalho.

Desse modo, a diminuição da extração de mais-valor absoluto foi compensada pelo aumento da extração de mais-valor relativo. O Estado liberal-democrático é outra expressão da contraofensiva capitalista: a classe operária teve o reconhecimento legal dos partidos e sindicatos, além de participar (de modo bastante restrito) do processo eleitoral com a emergência da democracia partidária. Isso significou outra compensação para o capital, uma vez que a luta de classes fora institucionalizada e conseqüentemente amortecida via cooptação da social-democracia europeia e da burocratização dos partidos e sindicatos, com o surgimento da burocracia partidária e sindical, frações de classe da burocracia, classe auxiliar da burguesia (VIANA, 2009).

O neocolonialismo dá lugar ao imperialismo financeiro, fundado na exportação de capital-dinheiro e marcado pela competição interimperialista. Aqui temos a fase do capitalismo oligopolista, com a formação dos oligopólios nacionais a partir da centralização e concentração de capital, promovidas durante o regime de acumulação anterior. A luta operária (resistência cotidiana ao taylorismo, desenvolvimento das concepções revolucionárias, ascensão das greves de massa, formação dos conselhos operários e, especialmente, as tentativas de revoluções proletárias em diversos países

européus de fins da década de 10 e começo dos anos 1920 do século passado) radicalizou-se de maneira inesperada, colocando em xeque o modo de produção capitalista: devido à derrota do movimento operário e do caráter inacabado dos processos de resistência e lutas revolucionárias, a classe capitalista viu no fascismo e na guerra a solução para a crise do regime de acumulação intensivo. Ou seja, aqui também a luta do proletariado foi essencial para promover a crise no interior do regime de acumulação, forçando uma nova reação do capital; a derrota do proletariado na Guerra Civil Espanhola em 1939 foi concretizada com a Segunda Guerra Mundial (VIANA, 2009; 2008).

Com o fim da Segunda Guerra emerge o regime de acumulação conjugado ou “intensivo-extensivo” (intensivo nos países de capitalismo imperialista e extensivo no bloco dos países capitalistas subordinados). Esse regime de acumulação durou até aproximadamente os anos 1980 do século XX, promovendo mudanças no processo de valorização, na forma estatal e nas relações internacionais. O fordismo aperfeiçoa e desenvolve o taylorismo (via linha de montagem e produção em massa, estandardizada). Tal movimento veio acompanhado de compensações aos trabalhadores, através dos aumentos salariais e da ampliação do mercado consumidor. O Estado assume a forma integracionista (ideologicamente conhecida como “de bem-estar social”, “keynesiana”, etc.), bem como acelera o processo de burocratização da democracia partidária com novas regras de participação, referendadas principalmente via legislação eleitoral. Neste regime de acumulação também emerge uma nova dinâmica da exploração internacional, marcada pela transferência de mais-valor extraído da classe operária dos países capitalistas subordinados para os países de capitalismo imperialista:

O Estado Integracionista buscava integrar a classe operária e setores oprimidos através da burocratização da sociedade civil, da política social, etc. O imperialismo entrou em nova fase, caracterizada pela expansão transnacional, em que grandes empresas transnacionais passaram a dominar os países capitalistas subordinados e drenar recursos para os países capitalistas imperialistas. Este processo, proporcionado pela ampla destruição das forças produtivas durante a Segunda Guerra Mundial, permitiu uma rápida expansão e acumulação de capital, mas teve que buscar frear a tendência declinante da taxa de lucro, diminuindo os investimentos no processo de produção de meios de produção e aumentando os investimentos na produção de meios de consumo, criando a “sociedade burocrática de consumo dirigido”, segundo expressão de Lefebvre (1991), ou, segundo linguagem sociológica dominante, “sociedade de consumo”. [...] A expansão transnacional marca o processo de exploração da força de trabalho dos países capitalistas subordinados, juntamente com outros mecanismos de exploração capitalista: o endividamento externo e a “troca desigual”. O regime de acumulação é

predominantemente intensivo no bloco imperialista, mas combinado com o regime de acumulação extensivo no bloco subordinado, sendo esta acumulação extensiva e a transferência de mais-valor para o bloco imperialista o sustentáculo do capitalismo mundial nesse período (VIANA, 2009, p. 98-99).

No entanto, já no final dos anos 1950 as taxas de lucro nos países imperialistas começam a cair. A crise no regime de acumulação conjugado se inicia na segunda metade dos anos 1960 e se agrava com o acirramento das lutas de classes no final deste período: o maio de 1968 francês, as lutas estudantis e operárias na Alemanha e Itália, a revolução dos Cravos em Portugal no ano de 1975, além do aparecimento dos movimentos sociais (movimento pacifista, movimento negro, movimento feminino) e culturais (movimento hippie, contracultura) nos EUA foram acontecimentos que incentivaram a busca por mudanças, as quais foram esboçadas nos anos 1970 e efetivamente implementadas nos anos 1980. A Comissão Trilateral (fundada no Japão em 1973 por iniciativa de David Rockefeller) exigia um Estado forte e repressivo, um maior controle sobre os países “subdesenvolvidos” e o incremento do aparato repressivo: a Trilateral antecipa, em alguns aspectos, o Estado neoliberal e o regime de acumulação subsequente, o integral. Neste contexto de crise do regime de acumulação conjugado surgem mutações culturais e ideológicas que prefiguram a necessidade de instauração de um novo regime de acumulação. Nas artes emerge o pós-vanguardismo, que postula a negação das vanguardas artísticas.

Já nas ciências humanas desenvolve-se o pós-estruturalismo, o qual propõe o fim do racionalismo (e da razão em geral) e das concepções totalizantes do mundo (especificamente a totalidade com base na dialética marxista). Este momento histórico marca também o resgate, adaptação, atualização e reemergência das ideologias neoliberais, expressando a necessidade de renovação hegemônica burguesa e constituição de um novo regime de acumulação: o regime de acumulação integral. Cumpre lembrar que a cada sucessão dos regimes de acumulação, se evidencia a tendência histórica de superação do capitalismo. Dadas as dificuldades crescentes na promoção do aumento da extração de mais-valor, combater a tendência declinante da taxa de lucro e reprimir as lutas sociais, cada crise no regime de acumulação abre brechas para a possibilidade de transformação social: mesmo esta não ocorrendo (via emergência de um novo regime de acumulação) tanto o processo de exploração quanto



às dificuldades de reprodução do capitalismo aumentam e se tornam mais complicadas (VIANA, 2009; BRAGA, 2013).

O regime de acumulação integral é gestado aproximadamente no final dos anos 1970 e implementado nos países do bloco imperialista nos anos 1980, como resposta do capital à crise no regime de acumulação conjugado e nas falhas de resolver tal crise ainda no interior deste mesmo regime de acumulação. Ele é caracterizado pela nova configuração do processo de valorização, com o fordismo sendo substituído pelo toyotismo (que via produção personalizada expande a produção em massa para todas as mercadorias e pela reestruturação produtiva busca o aumento da extração de mais-valor absoluto e relativo tanto nos países do bloco imperialista quanto nos do bloco subordinado).

Daí seu caráter integral, por visar um aumento sem limites da taxa de exploração do proletariado ao mesmo tempo em que promove um aumento da lumpemproletarização no mundo inteiro, uma nova configuração das chamadas relações internacionais, com o imperialismo oligopolista transnacional avançando por meio do neoimperialismo (o imperialismo da era da acumulação integral, cujo objetivo é generalizar a busca de acumulação integral ao redor do globo, intensificando ainda mais a exploração internacional; o neoimperialismo conta com a hegemonia total do imperialismo estadunidense, onde o Estado assume uma configuração ainda mais beligerante via preponderância do capital bélico neste país) e por uma nova forma estatal, o estado neoliberal em substituição ao estado integracionista:

Em suma, o Estado neoliberal chega para varrer os direitos trabalhistas, precarizar as relações de trabalho possibilitando contratos temporários, terceirização, subcontratação, aumento do desemprego, exploração do trabalho infantil, cortes drásticos nas políticas sociais, aumento da insegurança social com a expansão da criminalidade e da repressão pelo “Estado Penal” e um amplo processo de lumpemproletarização. [...] O neoliberalismo é expressão de uma violenta ofensiva do capital contra o proletariado e outras classes exploradas e suas conquistas sociais históricas, visando proporcionar a retomada da acumulação capitalista. Dessa maneira, o Estado neoliberal se apresenta como um complemento de toda essa mudança estrutural, necessária para a emergência do novo regime de acumulação, atuando no campo da regularização das novas relações sociais imprescindíveis à efetivação da acumulação integral de capital e, conseqüentemente, da restauração do poder de classe da burguesia (BRAGA, 2013, p. 83-85).

Nos países do bloco imperialista, os primeiros governos neoliberais surgem durante os fins dos anos 1970 e a primeira metade dos anos 1980 com Ronald Reagan

nos EUA, Margareth Thatcher na Inglaterra e Helmut Kohl na Alemanha. Antes de tratarmos com mais detalhes acerca do neoliberalismo e sua expressão nos países do bloco subordinado (o neoliberalismo subordinado) faz-se necessária uma periodização da sociedade brasileira, cujo fio condutor será seu desenvolvimento partindo da sucessão dos modos de produção e no interior do capitalismo brasileiro, a partir da sucessão dos regimes de acumulação.

### **Capitalismo brasileiro e neoliberalismo subordinado**

A sociedade brasileira emerge no colonialismo, cujo período vai de 1500 até 1822. Com a proclamação da independência, o Brasil entra no neocolonialismo. Nesse período, o modo de produção dominante era o escravismo colonial<sup>6</sup>, o qual foi sendo paulatinamente corroído até ser extinto na segunda metade do século XIX. O surgimento do modo de produção capitalista no Brasil remonta ao final do século XIX, com a inauguração das primeiras indústrias (em especial na Bahia, no Rio de Janeiro e no estado de São Paulo).

Nesse contexto surgem novas relações de produção, constituindo no Brasil um modo de produção latifundiário. Este último surge na transição do modo de produção pré-capitalista para o capitalismo, cujas especificidades residem no fato de ser predominantemente produtivo (e não rentista como fora o modo de produção latifundiário na Europa, onde emerge com a derrocada do feudalismo, embora subordinado ao modo de produção capitalista nascente), explorando diretamente a força de trabalho. O modo de produção latifundiário será dominante até o fim do século XIX e forte até 1930, quando o Brasil passa por uma revolução burguesa (VIANA, 2019a).

Sendo assim, o modo de produção capitalista no Brasil se torna dominante no final do século XIX, embora ainda fosse quantitativamente fraco. Graças ao domínio do capital comercial (em conjunto e já submetido ao capital externo via imperialismo financeiro, fundado na exportação de capital-dinheiro) e ao processo acelerado de industrialização, o modo de produção capitalista se consolida e se generaliza

---

<sup>6</sup> Sobre a dinâmica do modo de produção escravista colonial no Brasil, ver Gorender (1978).

primeiramente nos estados industrializados e depois no restante do país, devido à articulação entre capital comercial, capital transnacional e capital industrial. O Estado brasileiro era produto da aliança de classes entre os latifundiários e a burguesia. Tal aliança é rompida com a revolução de 1930, uma revolução burguesa realizada pelas classes auxiliares da burguesia: é neste momento que emerge o primeiro regime de acumulação na sociedade brasileira, o regime de acumulação extensivo-subordinado (VIANA, 2019a).

No momento histórico acima mencionado o regime de acumulação vigente nos países de capitalismo imperialista era o intensivo. Contudo, no Brasil e nos demais países do bloco capitalista subordinado, ele assume a forma de extensivo-subordinado, baseado numa exploração intensa da força de trabalho através da extração de mais-valor absoluto (fundado em longas jornadas de trabalho). A especificidade do regime de acumulação extensivo-subordinado no Brasil reside na coexistência de um modo de produção latifundiário forte com o capital internacional em franca expansão. A revolução de 1930 promove o fortalecimento do modo de produção capitalista, modernizando o capitalismo brasileiro, o qual se encontrava ainda sob a égide do regime de acumulação extensivo-subordinado: este regime de acumulação era fundado na subordinação da burguesia brasileira aos interesses da burguesia dos países do bloco imperialista, com base em taxas elevadíssimas de exploração (VIANA, 2019a).

Até 1930 o regime de acumulação extensivo-subordinado no Brasil convivia com uma formação estatal oligárquica. A revolução burguesa de 1930 marca a emergência do Estado liberal-subordinado que também nasce sob uma forma autoritária. Esta forma estatal continha elementos similares ao Estado liberal da Europa Ocidental e características presentes já no estado liberal-democrático (tais como o processo eleitoral e a formação de um direito do trabalho, que não veio acompanhada de uma alteração no processo de valorização, por força das condições sociais e tecnológicas brasileiras), embora logo tenha sido substituída pelo estado ditatorial:

Os regimes de acumulação na sociedade brasileira, assim como em geral no capitalismo subordinado, possuem um processo de valorização e de exploração internacional relativamente estável, mas o elemento mediador nesse processo, o aparato estatal, é frágil e sofre inúmeras pressões, tais como as internas, das classes exploradas, burguesia nacional, classes auxiliares, etc., devido ao alto grau de exploração, pobreza, desemprego e limites de consumo

e renda, bem como para a expansão e interesses do capital nacional, que são contraditórias, e a externa, do capital internacional. É por isso que os regimes de acumulação na sociedade brasileira convivem com distintas formações estatais, geralmente revezando entre ditadura e democracia (VIANA, 2019a, p. 70).

O regime de acumulação extensivo-subordinado permanece até o começo dos anos 1950, sendo substituído pelo regime de acumulação conjugado-subordinado. Não existiu regime de acumulação intensivo nos países capitalistas subordinados: tal fenômeno se explica devido à subordinação e alguns elementos visando o aumento de produtividade. Nos países do bloco imperialista, o regime de acumulação conjugado se baseia na extração de mais-valor relativo da força de trabalho local e na extração de mais-valor absoluto da força de trabalho estrangeira (ou seja, dos países de capitalismo subordinado). Já o regime de acumulação conjugado-subordinado se fundamenta na superexploração da força de trabalho local: isso tanto pelo capital nacional quanto pelo capital transnacional. Aqui, a extração de mais-valor absoluto e sua transferência dos países subordinados para os países imperialistas se torna o fundamento do processo de exploração internacional realizado pelo capital nacional e transnacional. O regime de acumulação conjugado-subordinado marca a instalação do capital transnacional no Brasil (VIANA, 2019a).

Nesse contexto, o capitalismo mundial se torna cada vez mais interdependente e a transferência de mais-valor do bloco subordinado para o bloco imperialista recebe uma nova configuração através do capital transnacional, que realiza tal processo mediante remessa de lucros para o país sede, dívida externa e outros processos. Assim, diferentemente dos países do bloco imperialista, o aparato estatal nos países subordinados assume configurações distintas e específicas, em que pese a tentativa de reprodução da forma assumida pelo Estado constituída no capitalismo imperialista. É o caso do populismo, que foi o meio para buscar a integração dos trabalhadores no capitalismo subordinado, num contexto de superexploração da força de trabalho e baixo desenvolvimento tecnológico. Devido a isso, a tentativa de reprodução do estado integracionista (“de bem-estar social”) era permeada por muitas promessas e discursos: as ações concretas dos governos populistas ficavam muito aquém das políticas implementadas pelo estado integracionista (VIANA, 2019a).

No Brasil, a expansão capitalista ocorrida na segunda metade dos anos 1950 e começo dos anos 1960 é marcada pela instabilidade política e financeira. A luta de classes se acirra devido à destruição das relações não-capitalistas via processo de valorização das terras (com a construção de rodovias e valorização do açúcar, que possibilitou a politização das lutas pela terra, com as revoltas e formação de ligas camponesas) e às quedas dos níveis salariais que geraram greves e resistência da classe operária (o movimento operário em 1958 conseguiu aumentos salariais, sendo que em 1959 houve 954 greves; já em 1960, houve uma greve geral na cidade paulista de Santos, onde um milhão e meio de trabalhadores paralisaram as atividades), além do movimento estudantil, que começa a se mobilizar de forma mais ampla que nos anos anteriores. No plano internacional, de 1965 em diante começa o processo de queda da taxa de lucro médio nos países imperialistas, o que enseja a necessidade de intensificar e aumentar a exploração da força de trabalho no bloco subordinado (VIANA, 2019a; BRAGA, 2013).

Com isso, o Brasil vivia um processo de descontentamento crescente do capital (nacional e transnacional) bem como do movimento operário e setores da sociedade civil, que por razões distintas geram uma radicalização das lutas sociais. Cumpre reforçar que as greves e a resistência operária (que incide sobre a dinâmica dos níveis salariais) provocam impactos profundos na dinâmica da acumulação capitalista nos países imperialistas, por conta da necessidade de transferência de mais-valor. Assim, temos que quanto menos intensa a luta operária e mais barata a força de trabalho, maiores são os lucros e a transferência de mais-valor do bloco subordinado para o bloco imperialista. Neste contexto, havia por parte do capital transnacional a necessidade urgente de quebrar as formas de resistência operária e setores da sociedade civil, devido às limitações provocadas pelo aumento do processo de exploração que arrancou concessões do governo João Goulart. Aliado a isso, era preciso alijar o governo populista e supostamente reformista de Jango (cuja incompetência para criar as condições necessárias para a acumulação capitalista se deu devido à impossibilidade de controle e integração das classes exploradas), pois somente essas medidas tornariam possível o aumento da taxa de exploração. Foram as lutas dos trabalhadores (num contexto de crise internacional de um regime de acumulação somado à busca pelo aumento da taxa de exploração) que tornaram possível o golpe de estado de 1964 no Brasil:

[...] a ditadura militar tinha como objetivo fundamental garantir aquilo que a “democracia” populista não conseguia realizar naquele momento, isto é, uma dura ofensiva em nome do capital (nacional e transnacional) contra a classe trabalhadora. Foi exatamente essa a política de estado implementada pelos militares no poder. A ditadura militar e o regime de acumulação desenvolvido no país estavam em harmonia com as transformações que vinham ocorrendo na divisão internacional do trabalho, e que gestavam novas formas de valorização do capital por parte dos países imperialistas, nas quais o aumento de extração de mais-valor fora de suas fronteiras nacionais adquiria importância fundamental (BRAGA, 2013, p. 125).

Assim, com a instauração da ditadura militar, o processo de exploração da classe operária brasileira aumenta ainda mais, além da proletarização e lumpemproletarização no campo e na cidade. No caso do campo, a expansão capitalista destrói as relações de produção não-capitalistas e aumenta a concentração fundiária: o Brasil ingressa no capitalismo abrindo as portas para esse processo, com a promulgação da Lei de Terras (1850) e abolição total da escravidão (1888) na segunda metade do século XIX. Tal dinâmica gerou a expulsão dos trabalhadores do campo e tem como consequência sua concentração no espaço urbano sob condições miseráveis, fornecendo a força de trabalho necessária ao processo de industrialização. O estado ditatorial cria as condições necessárias para a acumulação de capital, em especial através da sistemática repressão estatal. O “milagre econômico” nas cidades e a modernização “dolorosa” no campo durante os anos 1970 significaram o aumento do processo de exploração e da já estrondosa concentração fundiária, sendo garantidos pela intensa e sistemática repressão estatal:

É neste contexto que há o golpe militar e o processo de exploração aumenta ainda mais. O Estado ditatorial cria as condições necessárias, através de um amplo processo repressivo, para o crescimento da taxa de exploração. A crise do final dos anos 1960 no capitalismo mundial, tanto imperialista quanto subordinado, apenas revela o aprofundamento e a necessidade de continuar o aumento da exploração. A crise do regime de acumulação conjugado nos países imperialistas promoveu uma época em que se buscou resolver a crise no interior desse regime de acumulação, mas isso acabou não dando certo e a partir dos anos 1980 começou a formação do regime de acumulação integral. No caso brasileiro, os anos 1970 participaram dessa tentativa de manter o regime de acumulação conjugado usando um Estado mais repressivo e maior exploração (bem como em diversos outros países, tal como o Chile, etc.). Essa solução não conseguiu recuperar os “anos dourados” do capitalismo oligopolista transnacional e a solução foi buscar aumentar ainda mais a taxa de exploração e outros reajustes necessários para tal, inclusive no capitalismo imperialista (VIANA, 2019a, p. 72-73).

O regime de acumulação conjugado-subordinado brasileiro começa a ser abalado com o ressurgimento das greves operárias, das ocupações de terra pelos trabalhadores

rurais e por mobilizações de setores da sociedade civil. Prova disso são as ocupações de fazendas e latifúndios nos anos 1970 e, especialmente, o aumento e radicalização do movimento operário na forma das comissões de fábrica no final desta década. As comissões de fábrica emergem contra o sindicalismo atrelado ao governo militar e sua ala reformista, o “novo sindicalismo”, era oposto tanto à generalização dos conselhos de fábrica quanto ao sindicalismo oficial. Ademais, o crescimento das mobilizações em torno da redemocratização burguesa (o avanço eleitoral do MDB, oposição consentida ao regime militar e a consolidação do PT como grande força do bloco progressista na época) promove uma cisão no bloco dominante e uma reconfiguração na dinâmica dos blocos sociais<sup>7</sup>: o bloco dominante manteve sua unidade durante a ditadura (VIANA, 2019a).

Com a consolidação do regime de acumulação integral nos países do bloco imperialista a partir da segunda metade dos anos 1980, temos a emergência do Estado neoliberal, visando regularizar e fornecer as condições necessárias para o processo de valorização e de exploração internacional. O processo de valorização (toyotismo) se fundamenta agora na busca pelo aumento da extração de mais-valor absoluto e mais-valor relativo em todos os países do mundo. As relações internacionais (exploração internacional) se dão via neoimperialismo, com a proeminência dos chamados organismos internacionais (Banco Mundial, FMI) na elaboração das políticas estatais, que por sua vez são hegemônicas pelo imperialismo do EUA que no seu interior conta com a dominância do capital bélico, implicando na necessidade de aumento e

---

<sup>7</sup> Os blocos sociais são expressões organizadas, ativas e conscientes de frações de classes e das classes sociais: a base social dos blocos sociais são as classes sociais e suas respectivas frações de classe. São a forma mais consciente e organizada das classes sociais e suas frações de classe elaborar estratégias, programas, ideologias, que direcionam suas ações de acordo com os seus interesses: o que comanda os blocos sociais e suas distintas alas são os interesses de classe. Os blocos sociais são basicamente três: o bloco dominante, o bloco progressista e o bloco revolucionário. O bloco dominante (e suas alas, a oposicionista e governista) é comandado pela classe dominante e tem como principal classe auxiliar a burocracia estatal: visa fornecer as bases intelectuais e materiais para a garantia da reprodução do capitalismo. Já o bloco progressista (com suas alas, a moderada, que mais se aproxima do bloco dominante e a extremada, que busca se apoiar nas classes inferiores para conquistar o poder estatal e conservar as relações de exploração e dominação de classe) aglutina frações de classe auxiliares da burguesia (burocracia partidária e sindical, além de setores da intelectualidade) faz o culto do novo e do progresso capitalista. Tal processo se faz aliado com discursos sobre as classes inferiores, os trabalhadores, reformas sociais, distribuição de renda e coisas semelhantes. O bloco revolucionário, o mais frágil dos três, busca ser a expressão organizada, ativa e consciente do proletariado, a classe revolucionária de nosso tempo: possui a ala semi-proletária (mais ambígua e com maiores dificuldades em expressar os interesses históricos e imediatos do proletariado) e a proletária (mais coerente e que tende a avançar com o processo de radicalização das lutas de classes e autonomização da classe operária). Sobre a dinâmica dos blocos sociais, suas cisões e recomposição em virtude da sucessão dos regimes de acumulação, ver (VIANA, 2015).

intensificação da transferência de mais-valor dos países subordinados para os países de capitalismo imperialista. A forma estatal correspondente (Estado neoliberal) emerge, portanto, visando dar as condições institucionais para a retomada do processo de acumulação capitalista: trata-se de uma resposta do capital ao processo de crise do regime de acumulação anterior, malgrado as tentativas de solução da crise (via Comissão Trilateral e Consenso de Washington).

É importante ter em mente essas premissas, visto que há um consenso em torno das características do neoliberalismo (privatizações, lógica predominante é de mercado, corte dos gastos públicos, repressão acentuada, desregulamentação do trabalho, etc.) que é partilhada por diversos pesquisadores. Ademais, tais características, segundo Coletti (2005) e também Silva (2004) seriam produto de políticas estatais e governamentais resultantes da aplicação da ideologia ou ideário neoliberal, produzidas a partir da obra *O Caminho da Servidão*, escrita nos anos 1940 por Friedrich Von Hayek. Coletti (2005) salienta, com base em Décio Saes, que o neoliberalismo não se limita à aplicação destas doutrinas.

De acordo com estes autores, o neoliberalismo diz respeito a toda ação estatal que: a) contribua para o desmonte das políticas de incentivo à independência nacional; b) elimine a promoção do bem-estar social; c) não pratique mais a política de instauração do pleno emprego (keynesianismo); d) deixe de realizar a mediação dos conflitos socioeconômicos. Assim, para Coletti (2005), o neoliberalismo foi aplicado pioneiramente no Chile durante a ditadura de Pinochet. Silva (2004) coloca que o ideário neoliberal fora adotado pelo Estado brasileiro na forma de um programa macroeconômico fruto da aliança entre a elite nacional e o capital estrangeiro.

Essas teses compartilham dos mesmos limites da maioria dos pesquisadores que se debruçam sobre o fenômeno (ANDERSON, 1995; MORAES, 2001) a partir da transposição mecânica da aplicação de determinadas ideologias como um modelo à realidade concreta. Descrevem algumas de suas características e fornecem informações interessantes, mas não conseguem explicar o fenômeno analisado, pois não lhe insere numa totalidade concreta, qual seja, a sociedade capitalista (e no caso brasileiro no capitalismo subordinado, com suas especificidades locais). Tal procedimento é abstrato-metafísico, consistindo em ignorar que o processo de produção de ideias é constituído



socialmente, bem como a influência de determinadas ideias e ideologias é produto de sua adequação aos interesses da classe dominante num determinado momento histórico da sociedade capitalista, isto é, em um regime de acumulação específico. Em realidade, a ideologia neoliberal emerge no pós-Segunda Guerra, em plena vigência do Estado integracionista e no interior da consolidação do regime de acumulação conjugado. Teve pouca ressonância na época, visto que a ideologia econômica dominante era o keynesianismo, cujos preceitos são “intervencionistas”, ou seja, opostos aos postulados neoliberais.

Assim, em vez de partir das relações sociais concretas e do processo histórico do desenvolvimento capitalista para entender a gênese da ideologia neoliberal (sua recuperação e alteração no final do século XX pelo estado neoliberal), a maioria dos pesquisadores partem da ideologia neoliberal ou de uma série de ações estatais (isoladas da dinâmica da luta em torno da necessidade de aumento da taxa de mais-valor, da dinâmica da divisão internacional do trabalho no capitalismo e da função do estado em criar as condições necessárias para o aumento da exploração nacional e internacional) na busca de entender quando a ideologia neoliberal e as ações de estado sob sua influência se tornaram historicamente hegemônicas.

O Estado capitalista passou por distintas fases durante sua história, produto da luta de classes e das dificuldades no processo de acumulação de capital. Assim, se analisarmos os países do bloco imperialista, vemos que as formações estatais emergem, se desenvolvem e entram em crise a partir da dinâmica dos regimes de acumulação: desde o Estado liberal (regime de acumulação extensivo), passando pelo Estado liberal-democrático (regime de acumulação intensivo), Estado integracionista ou “de bem-estar social” (regime de acumulação conjugado) até chegar ao Estado neoliberal. As mutações na forma estatal são produto das novas necessidades da classe dominante devido à sucessão dos regimes de acumulação e da busca pela manutenção da sociedade capitalista. Assim, o Estado neoliberal emerge no regime de acumulação integral devido a um conjunto de mudanças sociais que fizeram com que o Estado assumisse tal forma, em especial a instauração do novo regime de acumulação, como acompanhamento e regularizador das mudanças no processo de valorização e nas relações internacionais:

Assim, a formação do Estado neoliberal é produto das mudanças da sociedade capitalista, cuja origem se encontra no final da década de 60 e se esboça na década de 70, e se efetivando a partir dos anos 80. A partir dos anos 80 se inicia a chamada “reestruturação produtiva”, marcada pela substituição do fordismo pelo toyotismo e por modelos de gestão do trabalho similares. O Estado neoliberal surge para atender as novas necessidades de reprodução do capitalismo. Com a queda da taxa de lucro médio, era necessário aumentar a extração de mais-valor em escala nacional e internacional, o que significa aumentar a exploração em geral. Desta forma, o estado neoliberal tem o papel fundamental de criar as condições institucionais para o aumento da acumulação capitalista, o que o liga intimamente com a chamada reestruturação produtiva e com o neoimperialismo. [...] O Estado Neoliberal é o complemento destas mudanças, pois permite o desdobramento das novas relações internacionais e da re-estruturação produtiva, criando as condições legais, institucionais, políticas e estruturais para sua realização. Agora podemos entender melhor o que é o neoliberalismo. Assim, quando se diz que o neoliberalismo possui como objetivos a estabilização (de preços e contas nacionais); a privatização (dos meios de produção e das empresas estatais); a liberalização (do comércio e dos fluxos de capital); a desregulamentação (da atividade privada) e a austeridade fiscal (restrições dos gastos públicos), apenas se apresentam detalhadamente suas características. O Estado neoliberal é a forma estatal necessária ao novo regime de acumulação, o regime de acumulação integral, que é um complemento necessário ao processo de re-estruturação produtiva e alteração nas relações internacionais e que se caracteriza por conter os gastos estatais, desregular o mercado e “flexibilizar” as relações de trabalho, subsidiar o capital oligopolista e aumentar a política de repressão e vigilância social. Não existe uma forma única para se efetivar esse processo, pois isso depende da situação de cada país, das forças sociais e políticas que apoiam determinado governo, do poder de pressão da população, entre diversas outras determinações. O neoliberalismo se manifesta de forma diferente em países diferentes (VIANA, 2009, p. 85-87).

Nesse sentido, é possível dizer que as consequências sociais do neoliberalismo são: a) o aumento da miséria (inclusive nos países de capitalismo imperialista); b) aumento da exploração via “desregulamentação do mercado” (corroendo os direitos e efetuando a perda do poder aquisitivo e da pressão das classes trabalhadoras); c) corte nas despesas estatais (principalmente nos gastos com as “políticas sociais”, em favor de políticas segmentares e paliativas, as quais amenizam de modo ainda mais superficial os já gravíssimos problemas sociais); d) aumento da violência, da criminalidade e dos conflitos sociais (o que justifica o aumento da política estatal repressiva e do crescimento da população carcerária). No caso brasileiro, o neoliberalismo tem início com a emergência do regime de acumulação integral-subordinado, cujas primeiras medidas efetivadas datam da eleição de Fernando Collor de Mello, que tomou posse em 1990. O conteúdo neoliberal das medidas implementadas pelo governo Collor não é tão perceptível quanto o de seus sucessores. No ano de sua posse não consegue efetivar rápidas e drásticas reformas neoliberais. Havia uma pressão internacional (desde o

Consenso de Washington, dentre outras formas) que constrangia os governos a adoção das medidas neoliberais: porém, esse processo não ocorreu imediatamente, devido às especificidades da sociedade brasileira (VIANA 2009; 2019a).

Dentre elas, destaca-se que a vitória de Collor nas eleições de 1989 foi muito apertada, devido também à perda de espaço eleitoral por parte dos demais candidatos do bloco dominante. Collor acabou se transformando na saída para barrar a vitória da candidatura do representante do bloco progressista na época, Luís Inácio Lula da Silva. A polarização inesperada entre Collor X Lula forçou o bloco dominante a apoiar o primeiro visando evitar o segundo. Contudo, o partido pelo qual Collor se elegeu era minúsculo, o que somado à oposição dos partidos do bloco progressista (PT e seus aliados) e do PMDB (que embora integrasse o bloco dominante queria manter sua imagem de oposição ao governo na busca de vitória nas eleições presidenciais, além de ter a bancada mais numerosa do Congresso Nacional na época), impediu o governo de efetivar as mudanças que gostaria:

O caráter neoliberal do seu governo é perceptível na busca de diminuição dos gastos estatais (especialmente com as chamadas “políticas sociais” ou políticas estatais de assistência social), política financeira e nas privatizações através do PND (Plano Nacional de Desestatização). Obviamente que isso não ocorreu imediatamente. A ilusão cronológica que geraria a impressão que no dia da posse de Collor já estaríamos com políticas neoliberais é algo sem sentido. Obviamente que a escolha de alguns ministros e algumas políticas estatais já foram nos primeiros meses de caráter neoliberal. Mas no sentido mais geral e amplo isso demorou um pouco mais para se iniciar (VIANA, 2019a, p. 77).

Com o *impeachment* de Collor há uma nova recomposição no bloco dominante: Itamar Franco assume a presidência e dá continuidade às medidas neoliberais (em especial na política financeira e combate à inflação, dado o fracasso dos planos “Collor”). Tal processo foi realizado juntamente com o Plano Real (capitaneado pelo então Ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso), que estabilizou a moeda e promoveu a redução dos gastos estatais. É com a eleição de FHC e sua posse a partir da segunda metade da década de 1990 que temos a consolidação das políticas neoliberais: as políticas estatais de seu governo seguem à risca as determinações do Banco Mundial. Aqui cabe espaço para uma breve digressão acerca das políticas estatais em cada regime de acumulação e de uma oposição entre o bloco progressista e o bloco dominante na concepção e implementação das políticas estatais no Brasil. Até a consolidação do

regime de acumulação integral, as políticas do estado eram integracionistas, ou seja, de caráter universal e voltadas para a integração das classes sociais como forma de amortecer as lutas de classes.

Aqui, tínhamos a aplicação da visão social-democrata das políticas estatais, que aponta para uma “democratização” e “extensão da cidadania”. Já a visão neoliberal emerge através do Estado neoliberal, ou seja, no regime de acumulação integral; aqui a dinâmica das políticas estatais remete à diminuição da intervenção estatal e responsabilização da sociedade civil: são as políticas segmentares, aplicadas via microrreformas e voltadas aos grupos (segmentos) sociais. Com a consolidação do regime de acumulação integral, ocorre uma progressiva inflexão da concepção social-democrata para a concepção neoliberal de políticas estatais. A primeira se torna resquício e a segunda vira hegemônica, sendo implementada por seus supostos críticos do passado:

Isso ocorre com a maioria do bloco progressista, que se transforma em neoliberalismo de “esquerda”, mesclando elementos participativos controlados pelo aparato estatal com discurso e alianças menos conservadoras, convivendo com práticas neoliberais e de cooptação dos movimentos sociais e outros setores da sociedade civil. Com o governo Lula, o bloco progressista é praticamente dizimado enquanto tal, pois seu maior contingente passa a compor o bloco dominante (os partidos aliados e suas extensões nos movimentos sociais, sindicalismo, etc.). Evidentemente, isso não atingiu a todos os componentes do bloco progressista, mas que ficou diminuto e sem grande força política, representado por algumas poucas forças políticas (pequenos partidos) e sociais (VIANA, 2019a, p. 79).

No governo FHC temos a consolidação do regime de acumulação integral-subordinado no Brasil. Ademais, se consolida o Estado neoliberal (a forma estatal correspondente ao regime de acumulação integral), que é marcado pelas políticas segmentares, as quais se estruturam a partir de três características: a) “focalização”, ou seja, o foco nos grupos e indivíduos “mais pobres”, em detrimento das políticas universais e com enfoque nas classes sociais, incentivando a competição social; b) subordinação ao cálculo mercantil, isto é, o avanço do processo de mercantilização e burocratização das relações sociais, através dos cortes de gastos estatais nas chamadas “áreas sociais”, conforme recomendação dos organismos internacionais (FMI e Banco Mundial); c) ampliação do capital privado na implementação das políticas outrora aplicadas pelo Estado, o que reforça a mercantilização e burocratização das relações

sociais. É com a vitória de Lula e a recomposição no interior do bloco dominante que temos o desenvolvimento das políticas segmentares.

Nos dois mandatos de Lula<sup>8</sup>, tais políticas segmentares são efetivadas e realizam a cooptação dos membros do grupo social que se encontram nas classes superiores, bem como dos estratos mais bem posicionados das classes inferiores. Estes últimos acabam por reproduzir e fortalecer as posições do governo. Em se tratando do lumpemproletariado, as políticas segmentares são paliativas, com o objetivo de conter seu potencial de revolta e descontentamento:

O PT passa de neopopulista (social-democrata moderado e com promessas irrealizáveis no capitalismo subordinado, tal como sua proposta de “capitalismo humanizado”) para neoliberal, mas mantém elementos discursivos e efetiva algumas políticas neoliberais de forma mais ampla e intensiva. Esse processo se consolida numa nova versão do neoliberalismo, instituído por um partido que antes se declarava de “esquerda”, o Partido dos Trabalhadores. Com a ascensão desse partido ao poder estatal, esperava-se uma nova política, radicalmente distinta, de caráter integracionista (social-democrata), pelo menos próxima a isso. Contudo, desde o primeiro momento, as políticas e reformas estruturais de tipo integracionista nunca ocorrem e sim políticas macroassistencialistas e microrreformistas, de acordo com as ideologias neoliberais e pós-estruturalistas. A concepção neoliberal de políticas para os mais pobres assume a forma macroassistencialista no Governo Lula e continua no Governo Dilma, desde o malogrado “Fome Zero” até chegar às bolsas, especialmente bolsa-família. Isso foi complementado pelas políticas segmentares que foram sendo desenvolvidas no decorrer dos governos petistas. [...] O neoliberalismo neopopulista se caracteriza por buscar ter elementos integracionistas/populistas e para tal usa o aparato estatal e a cooptação de setores que possuem inserção e influência nos meios populares e discurso supostamente de esquerda aliado com políticas macroassistencialistas (VIANA, 2019a, p. 83-85).

O PT se converte ao neoliberalismo com a conquista do poder, abandonando qualquer resquício social-democrata. Os governos petistas dão continuidade e intensificam as políticas segmentares na forma de ações microrreformistas e macroassistencialistas, o que evidencia a mescla das ideologias neoliberais e pós-estruturalistas. É justamente essa sucessão do regime de acumulação que marca a emergência de uma nova forma estatal, a qual, por sua vez, manifesta mudanças na

---

<sup>8</sup> Por questão de espaço nos limitamos aos governos neoliberais neopopulistas do PT. Acerca do neoliberalismo discricionário (que emerge surge num contexto marcado pela desestabilização do regime de acumulação integral, tentando conservá-lo mediante a intensificação de políticas neoliberais ainda mais inflexíveis, tais como as políticas de austeridade e a autocracia governamental) do governo Temer, veja-se Viana (2017). Sobre o governo Bolsonaro, que intensifica certos aspectos do neoliberalismo discricionário com algumas especificidades, conferir Viana (2019b; 2021).

aplicação das políticas implementadas pelo Estado neoliberal, dentre elas a política agrária.

### **Considerações finais**

Acreditamos ter cumprido com o itinerário de nosso texto, ao apresentar a concepção marxista de neoliberalismo enquanto expressão da teoria dos regimes de acumulação, que marcam a historicidade da sociedade capitalista. Do mesmo modo, restou evidenciada a complexidade do processo histórico de constituição da sociedade brasileira, mediante a instauração de sociedades classistas até a emergência do capitalismo subordinado e suas especificidades nacionais.

Ademais, longe de ser a mera aplicação por um governo - ou de determinados “governos de direita” cujo alvo central era a social-democracia e, mais tarde, de quaisquer governos a partir dos anos 1980 e cuja experiência inaugural fora a ditadura de Pinochet no Chile por volta de 1973, como sugere Perry Anderson<sup>9</sup> (1995) - de políticas estatais (sobretudo econômicas) fundadas numa ideologia cuja emergência data do final da primeira metade do século passado, o neoliberalismo é, em realidade, a forma estatal assumida concretamente pelo capitalismo contemporâneo, fundado no regime de acumulação integral. E isto independentemente do governo e dos partidos que estiverem no poder de Estado, como no caso brasileiro e nos demais países capitalistas,

---

<sup>9</sup> Tese corroborada por Reginaldo Moraes (2001), para quem as primeiras formas de “ajuste” neoliberal seriam, além da ditadura chilena, a ditadura argentina, também nos anos 1970. Em síntese, em que pese algumas distinções e ressaltando o conjunto dos dados estatísticos como informações interessantes (Moraes traz um apanhado mais amplo dos ideólogos neoliberais, além de vinculá-los com a ideologia liberal clássica; mas, do mesmo modo que Anderson, limita-se a compreender o neoliberalismo como a aplicação de uma doutrina econômica, fundada originalmente na Europa do pós Segunda Guerra e depois hegemônica mundo afora a partir dos anos 1970 e 1980) os dois autores ficam presos à fórmula do neoliberalismo enquanto transposição de um modelo (por vezes confundido com e/ou reduzido a um programa de medidas econômicas, além de abusarem das adjetivações como supostas comprovações de tal ideia; tanto Moraes quanto Anderson cravam que o neoliberalismo inicia com a publicação de Friedrich von Hayek em 1944, da já aludida obra *O Caminho da Servidão*) ideológico traduzido em medidas econômicas e isolam-no mediante as ações estatais e dos ministérios vinculados à economia, reduzindo-o à simples sucessão de medidas governamentais, que poderiam ser opostas graças à outras medidas governamentais. Tal procedimento analítico evidencia os limites e a ausência de uma percepção mais ampla da luta de classes e da luta operária (para além da necessidade de acumulação e reprodução ampliada de capital em virtude da tendência declinante da taxa de lucro médio) como elementos que explicam a historicidade do capitalismo e as mutações no Estado (devidas às necessidades da classe dominante e de mutações mais amplas do que a simples troca ou mudança de orientação de um governo), que é a principal forma de regularização das relações sociais capitalistas.

tanto os que fazem parte do bloco imperialista quanto os pertencentes ao bloco subordinado.

Por último, resta reforçar que o esforço intelectual aqui manifesto soma-se à necessidade de uma explicação da sociedade brasileira a partir de uma perspectiva crítico-revolucionária, fundada na perspectiva do proletariado e comprometida com a luta pela sociedade autogerida, na qual as relações sociais mesquinhas, históricas, particularistas fundadas na exploração e dominação de classe próprias do capitalismo serão radicalmente abolidas e superadas, dando lugar à verdadeira história da humanidade.

## Referências

- ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTILI, P. (orgs.) *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- BRAGA, L. *Classe em Farrapos: Acumulação Integral e Expansão do Lumpemproletariado*. São Carlos do Pinhal, SP: Pedro & João Editores, 2013.
- COLETTI, C. *A Trajetória Política do MST: da crise da ditadura ao período neoliberal*. Tese de Doutorado. Campinas: UNICAMP, 2005.
- MORAES, R. *Neoliberalismo, De Onde Vem, Para Onde Vai?* São Paulo: Senac, 2001.
- GORENDER, J. *O Escravismo Colonial*. São Paulo: Ática, 1978.
- SILVA, É. N. *Formação e ideário do MST*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004.
- VIANA, N. *O Capitalismo na Era da Acumulação Integral*. São Paulo: Ideias e Letras, 2009.
- \_\_\_\_\_. *Manifesto Autogestionário*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2008.
- \_\_\_\_\_. *Representações e valores nas políticas de saúde no Brasil (1990-2012)*. Rio de Janeiro: Saramago, 2019a.
- \_\_\_\_\_. Blocos sociais e luta de classes. *Revista Enfrentamento*, ano 10, n. 17, jan./jun. 2015. Disponível em: <http://redelp.net/revistas/index.php/renf/article/view/519>. Acesso em 18 de maio de 2021.
- \_\_\_\_\_. *Para Aonde Vai o Governo Bolsonaro?* Disponível em: <https://informecritica.blogspot.com/2019/05/para-aonde-vai-o-governo-bolsonaro.html>. Acesso em 18 de maio de 2021.

\_\_\_\_\_. *O Governo Temer e a Acumulação de Capital*. Disponível em:  
<https://informecritica.blogspot.com/2017/01/o-governo-temer-e-o-problema-da.html>.  
Acesso em 18 de maio de 2021.

\_\_\_\_\_. *Bolsonaro e a Arte de Governar*. Disponível em:  
<https://informecritica.blogspot.com/2021/02/bolsonaro-e-arte-de-governar.html>. Acesso  
em 18 de maio de 2021.